



seguitex

CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstrações Financeiras 2019

31 de Dezembro de 2019





RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do CSC, vimos submeter à apreciação dos sócios o Relatório de Gestão da Seguitex — Corretores de Seguros, Lda., relativo ao exercício findo em 31/12/2019.

Enquadramento macroeconómico

De acordo com as informações elaboradas pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa continuou em expansão em 2019, pelo sexto ano consecutivo, mas a um ritmo inferior ao observado no passado recente. O PIB cresceu 2,0% no conjunto do ano (2,4% em 2018). Este crescimento foi superior em 0,9 pp ao projetado pelo BCE para a área do euro. O abrandamento da atividade económica em Portugal em 2019 teve origem no menor contributo das exportações, num quadro de crescimento mais fraco do comércio mundial e da procura externa dirigida à economia portuguesa. O contributo da procura interna manteve-se inalterado, com uma ligeira desaceleração do consumo privado e um maior dinamismo da formação bruta de capital fixo, em particular na primeira metade do ano. Em termos intra-anuais, o crescimento do PIB manteve-se relativamente estável ao longo ano, com uma taxa de variação homóloga de 2,0% e 1,9% no primeiro e segundo semestres, respetivamente.

A evolução da economia portuguesa é o reflexo do abrandamento da atividade mundial e, de forma mais marcada, do comércio mundial em 2019. O crescimento do PIB mundial reduziu-se de 3,6% em 2018 para 2,8% em 2019, enquanto o comércio mundial cresceu 1%, após 4,2% em 2018. A evolução do comércio mundial esteve associada ao enfraquecimento da atividade na indústria e ao aumento da incerteza política e económica a nível global, refletindo em particular o aumento das tensões protecionistas e o processo de saída do Reino Unido da União Europeia. A procura externa dirigida à economia portuguesa apresentou também uma desaceleração, crescendo 1,8%, o que compara com 3,2% em 2018.

Actividade seguradora em Portugal em 2019

Acabou por ficar acima das primeiras estimativas, a produção total do setor segurador em Portugal no ano de 2019, revelou o relatório anual de produção elaborado pela APS — Associação Portuguesa de Seguradores. O valor significa uma quebra de 5,1% relativamente a 2018 e a razão foram as baixas taxas de juro que desmotivaram a subscrição de produtos Vida financeiros.

O Ramo Vida ficou um pouco abaixo dos 7 mil milhões de euros, 14% ou cerca de mil milhões menos que no ano anterior. Já os ramos Não Vida cresceram 8% situando-se agora





nos 5,2 mil milhões de euros anuais. Com estes resultados de seguro direto em Portugal, o setor Não Vida significa agora cerca de 42,7% quando em 2018 representava apenas 37,3%, e o setor Vida conta com os restantes 57,3% do valor de prémios emitidos em Portugal.

A APS descreve os resultados no Ramo Vida relatando que à exceção dos contratos PPR Ligados a Fundos de Investimento e das Operações de Capitalização Não Ligadas, modalidades que juntas representam apenas 4% do negócio Vida, todas as restantes modalidades testemunharam quebras homólogas de produção, com especial destaque para os seguros de Vida Não Ligados, exceto PPR (-20%). Já as contribuições para produtos PPR Não Ligados, que ainda em 2018 ultrapassaram os 3 mil milhões de euros, permaneceram este ano nos 2.6 mil milhões, valor que representa uma queda homóloga de -12,6%.

Facto relevante que irá afetar a atividade em 2020

Nos últimos meses tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid-19, tendo sido decretado pela OMS, no mês de março de 2020, o estado de pandemia mundial. Em Portugal, em resposta a esta situação e tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde têm vindo a implementar um conjunto de iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido empresarial.

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materialmente significativos na atividade da Seguitex, a Gerência está a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, tem inerente um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos.

É nossa intenção proceder continuamente, com base na melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos (diretos e indiretos) decorrentes desta pandemia, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer do ponto de vista operacional e das condições de evolução futura da atividade. Estamos também empenhados em implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os danos que daqui possam advir para a Entidade, para os seus colaboradores e para todos os agentes económicos com quem se relaciona.

Da análise efetuada, concluímos e reafirmamos enquanto órgão de gestão que, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.





* A atividade da empresa no período

No presente exercício o volume de negócios da Seguitex, registou um aumento do valor do ramo Vida e um aumento do valor do ramo não Vida.

	2019	2018	Evolução
Segmento Vida	16.082,15	15.719,24	0,02
Segmento Não Vida	576.268,53	495.557,56	0,16
Total	592.350,68	511.076,80	0,16

Evolução da actividade

Evolução do volume de negócios, do resultado operacional e da margem bruta

Evolução da actividade	2019	2018	Variação
Volume de negócios	592.350,68	511.076,80	16%
Margem bruta - %	19%	14%	36%
Resultado operacional	111.855,09	71.218,78	57%

4- Resultado das operações desenvolvidas

Resultado das operações	2019	2018
Volume de negócios	592.350,68	511.076,80
Outros rendimentos e gastos	-459.580,43	-415.201,29
Resultado – RADFI	132.770,25	95.875,51
Gastos de depreciação	-20.915,16	-24.656,73
Resultado operacional – RAFI	111.855,09	71.218,78
Resultados financeiros	-15.297,27	-11.296,47
Resultado antes de impostos – RAI	96.557,82	59.922,31
Imposto sobre o rendimento	-23.609,90	-15.352,92
Resultado líquido	72.947,92	44.569,39





5- Recursos Humanos

O sucesso da empresa passa pela forma como a sua gerência gere os seus recursos internos e pela forma como compreende a evolução do negócio. Isso pressupõe também um conhecimento aprofundado dos seus recursos humanos.

Recursos humanos	2019	2018
№ trabalhadores no final do ano	14	14
№ médio trabalhadores ao longo ano	14	14
Idade média doa trabalhadores	43	42
Antiguidade média	17	16
Horas de formação	140	140
Média de horas formação/trabalhador	40	40
Gastos com pessoal	259.249,41	215.012
Gasto médio por trabalhador	18.518	15.358
Taxa geral de absentismo	0,10	0,10

Em 2019 a empresa manteve a sua política de garantir o desenvolvimento das qualificações dos trabalhadores, através da formação interna.

6- Situação patrimonial

A situação patrimonial da empresa é analisada com base no balanço, o qual exibe os recursos obtidos (passivo e capitais próprios) e a forma como esses recursos foram aplicados (activo).

Com base no balanço é possível efectuar uma análise sobre vários indicadores relevantes, os quais são muitas vezes utilizados para efeitos comparativos no mercado.

De um modo geral, pode verificar-se que a empresa é auto-suficiente e consegue suprir as suas necessidades de tesouraria.

7- Factos relevantes ocorridos após o termo do ano

Entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram emitidas não se registaram quaisquer acontecimentos que dessem lugar a ajustamentos nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No entanto, a gerencia da empresa está atenta aos impactos diretos e indiretos decorrentes da pandemia que atingiu o pais, no primeiro trimestre de 2020, e está empenhada em implementar todas as medidas que sejam necessárias, para garantir as condições de evolução futura da atividade.





8- Outras informações

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou acções próprias.

A empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal e também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

9- Evolução previsível da sociedade

Relativamente ao seu desenvolvimento face à situação de crise da economia provocada pela pandemia, a empresa espera que o seu volume de negócios decresça no corrente ano. Vai continuar a explorar os nichos de mercado, que pela sua natureza se afiguram rentáveis, aproveitando as oportunidades que o regresso positivo da actividade após o período de contracção vai trazer. Embora não seja possível determinar o nível de oscilação que irá verificar-se, a gerência espera fechar o ano de 2020 com resultados positivos.

10- Principais riscos e incertezas

A Seguitex está exposta a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Direcção Financeira com base em políticas aprovadas pela Gerência. A Direcção Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

11- Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício no montante de 72.947,92€, vai ser transferido para a conta de Reservas Livres, dado que, neste momento, a empresa não apresenta resultados transitados negativos.

Nota final: a gerência da sociedade não pode deixar de agradecer a confiança que nela depositaram todos os clientes que a honraram com a sua preferência. Isso representou um



importante incentivo e uma forte compensação para o esforço empreendido pelas pessoas que aqui trabalham.

Aos Bancos seus parceiros no negócio, a gerência apresenta o seu reconhecimento.

A todos os colaboradores que exerceram as suas funções com dedicação e empenho contribuindo para o bom desempenho da empresa, a gerência expressa o seu agradecimento.

A gerência expressa ainda um agradecimento muito especial às Seguradoras, pelo espírito de cooperação e parceria demonstrados ao longo do ano.







SEGUITEX - CORRETORES DE SEGUROS, LDA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido) Período findo em 31.12.2019

		Montantes expres	sos em EURO
Rubrica	Notas	2019	2018
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	6 a)	592.350,68	511.076,80
Fornecimentos e serviços externos	6	-199.534,49	-205.292,24
Gastos com o pessoal	8	-259.249,41	-215.011,89
Outros rendimentos	6 b)	17.999,49	18.355,58
Outros gastos	6	-18.796,02	-13.252,74
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		132.770,25	95.875,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-20.915,16	-24.656,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111.855,09	71.218,78
Juros e rendimentos similares obtidos	6 b)	0,00	370,31
Juros e gastos similares suportados	6	-15.297,27	-11.666,78
Resultado antes de impostos		96.557,82	59.922,31
Imposto sobre o rendimento do período	11 b)	-23.609,90	-15.352,92
Resultado líquido do período		72.947,92	44.569,39







SEGUITEX - CORRETORES DE SEGUROS, LDA BALANÇO EM 31.12.2019 (modelo reduzido)

Montantes	expressos	em	EURO
31.12	2019		31.12.

		Montantes expressos e	em EURO
Rubrica	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Ativo			
Ativo não corrente		1 1	
Ativos Fixos Tangíveis	4	499.344,07	468.420,18
Investimentos Financeiros	11 c)	19.080,77	18.950,51
Total do Ativo não corrente		518.424,84	487.370,69
Ativo corrente			
Diferimentos	7 d)	5.492,46	5.047,11
Caixa e depósitos bancários	7 c)	311.758,29	276.256,92
Total do Ativo Corrente		317.250,75	281.304,03
Total do Ativo		835.675,59	768.674,72
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito		50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		25.000,00	25.000,00
Reservas legais		10.000,00	10.000,00
Outras reservas		136.907,63	92.338,24
Resultado líquido do período		72.947,92	44.569,39
Total do capital próprio	7 a)	294.855,55	221.907,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	105.756,71	97.845,78
Outras dividas a pagar	7 b)	290.000,00	290.000,00
Total do passivo não corrente		395.756,71	387.845,78
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	11 b)	16.131,91	16.287,54
Financiamentos obtidos	5	15.846,53	10.540,54
Diferimentos	7 d)	1.466,81	1.450,00
Outros passivos correntes	7 b)	111.618,08	130.643,23
Total do passivo corrente		145.063,33	158.921,31
Total do passivo		540.820,04	546.767,09
Total do capital próprio e do passivo		835.675,59	768.674,72







Anexo às Demonstrações Financeiras 2019

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Seguitex — Corretores de Seguros, Lda., é uma sociedade por quotas constituída em 11 de dezembro de 1979, com sede social na Avenida do Fojo, nº 65 em Braga, que tem como atividade principal a de corretores de seguros, a que corresponde o C.A.E: 66220.

2 Indicação do referencial contabilístico

2.1 - As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, as alterações resultantes da lei nº 20/2010 de 23 de Agosto, do decreto lei 36 A /2011 de 9 de Março e do Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de Junho de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8257/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho, e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 220/2015, de 24 Julho, e 218/2015, de 23 de julho.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referido, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas no período iniciado em 1 de janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 - Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos





materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

- 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- 3.1 Principais Políticas Contabilísticas:

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os diplomas legais publicados para o efeito e os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 2009 (data da transição para as normas SNC), deduzidas das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidas.

Os gastos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção, que não a manutenção programada, são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos. As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o





ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e outras construções	5-20
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros Ativos fixos tangíveis	1-4

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os gastos provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou gastos operacionais.

c) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como "passivos correntes", a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

d) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do





ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros rendimentos e gastos líquidos" quando existe o direito de os receber.

f) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas "Outras Dívidas a pagar" e "Outros Créditos a Receber" ou "Diferimentos.

g) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por





contrapartida de reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

h) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando exista uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

i) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% até 15.000€ e o remanescente a 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias





possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva, e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber e mecanismos de cobertura de riscos de crédito existentes.

k) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva. O seu desreconhecimento apenas ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido liquidação, cancelamento ou expiração.

I) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuação de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

m) Instrumentos de Capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não exista uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Quando exista a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, o instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro.

n) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma





avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos e perdas por imparidade, por contrapartida do investimento, refletindo este o real valor.

o) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionaram informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

p) Imparidade de Ativos

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização dos testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), o quando não seja possível fazê-lo individualmente, para cada ativo.

Procede-se à reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimentos operacionais.

q) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como:

- obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a





obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidades de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas á sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

 r) Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-PE, a Administração da Empresa utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 incluem:

- Estimativa de vida útil dos ativos fixos tangíveis;
- Imparidade de ativos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

s) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações





financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Principais fontes de incerteza das estimativas

A estimativa de valores futuros que se justificam reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2 Adoção pela primeira vez da NCRF-PE

Até 31 de dezembro de 2015 a Seguitex — Corretores de Seguros, Lda. preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as 28 Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) do SNC. Em 2016, a entidade adotou pela primeira vez a NCRF-PE, não tendo qualquer impacto ao nível da posição financeira, do resultado líquido e dos capitais próprios, apenas ocorreu a reclassificação das propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis.

4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:



SEGUITEX © CORRETORES DE SEGUROS, LDA.



			31 de dezembr	o de 2018			
	Saldo em		Abates	Transferência	Revaloriz	Saldo em	
	01-jan-18	Aquisições	Abates	s	ações	31-dez-18	
Rubrica:							
Terrenos e recursos naturais	108.480	-		_	_	108.48	
Edifícios e outras construções	354.513	-	_	-	-	354.51	
Equipamento básico	-	-	-	_			
Equipamento de transporte	85.395		16.17 4	-	- 1	69.221	
Equipamento administrativo	106.075	5.042	-	-	_	111.117	
Outros ativos fixos tangíveis	7.316	699	-	-		8.015	
Investimentos em curso	-	-	-	_	-		
	661.779	5.741	16.174			651.346	
Depreciações acumuladas						- I	
Edifícios e outras construções	35.344	7.172	-		-	42.516	
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	
Equipamento de transporte	35.845	10.478	16.174	-		30.149	
Equipamento administrativo	96.235	6.108	-	_		102.343	
Outros ativos fixos tangíveis	7.020	899	-	_	_	7.919	
	174.444	24.657	16.174	-	-	182.927	
Valor total líquido	487.335	18.915	-			468.420	





			31 de dezer	mbro de 2019		
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições	Abates	Transferência s	Revalorizaçõe s	Saldo em 31-dez-19
Rubrica:						
Terrenos e recursos naturais	108.480	-	-	_	-	108.480
Edifícios e outras construções	354.513	-	-	-	=	354.513
Equipamento básico	-	-	1		-	-
Equipamento de transporte	69.221	33.400	-	2	-	102.621
Equipamento administrativo	111.117	6.439	-		-	117.556
Outros ativos fixos tangíveis	8.015	12.000	-	-		20.015
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	20.013
	651.346	51.839	-	-	-	703.185
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	42.516	7.172	1.0-	-	-	49.688
Equipamento básico	-		1-7	-	-	
Equipamento de transporte	30.149	10.099	-	-	-	40.248
Equipamento administrativo	102.343	2.320	-		-	104.663
Outros ativos fixos tangíveis	7.919	1.325	-	_	-	9.244
	182.927	20.916			-	203.843
Valor total líquido	468.419	30.923			-	499.342

5 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

		31.12.2019				
Rubricas	Corrente	rente Não Corrente Total		ente Total Corrente Não Corrente		Total
Locações Financeiras						
BIC – L. Imobiliário	6.625,85	48.342,12	54.967,97	6.428,59	55.036,41	61.465,00
BIC – contrato 255810812015	-	-	-	1.627,77	2.322,73	3.950,50
NB - contrato 2067009	2.540,66	2.374,60	4.915,26	2.484,18	5.486,64	7.970,82
MB – contrato 136979	6.680,02	20.039,99	26.720,01			71370,02
Outros empréstimos		35.000,00	35.000,00		35.000,00	35.000,00
Total	15.846,53	105.756,71	121.603,24	10.540,54	97.845,78	108.386,32





Quantias escrituradas por cada categoria de ativo em locações financeiras:

	31.12.2019						31.12.2018		
	Deprec. Acumul.	Valor contrato	Capital em Dívida	A liquidar em 1 ano	A liquidar após 1 ano	Deprec. Acumul.	Valor liquido	Capital em Dívida	
Alfa Romeu	21.000,00	21.000,00	-	-	-	21.000,00		1.627,77	
Loja Lamaçães	12.217,94	154.175,85	54.967,97	6.625,85	48.342,12	9.819,13		61.465,00	
Renault Clio	14.376,59	20.911,38	4.915,26	2.540,66	2.374,60	9.148,74		7.970,82	
Mercedes Benz	4.870,83	33.400,00	26.720,01	6.680,02	20.039,99	-		-	
Total	52.465,36	229.487,23	86.603,24	15.846,53	70.756,71	39.967,87		84.657,56	

Bens	Valor de aquisição	Locadora	Início da Iocação	Nº de prestações
Fracção "A" r/c, nº 80 Rua Fonte das águas Férreas e fracção "B" r/c, nº 5, Rua Conde D. Henrique, do prédio urbano denominado Lote C3/C4, freguesia de Fraião.	140.000,00	BIC Português, S.A.	Março de 2015	144
Viatura marca Alfa Romeu, modelo Mito (18-PZ-04)	21.000,00	BIC Português, S.A.	Agosto de 2015	60
Viatura marca Renault, modelo Clio (92-SQ-39)	20.911,38	Novo Banco	Abril de 2017	48
Viatura marca Mercedes Benz, modelo A (24-XR-72)	33.400,00	Mercedes Benz Financial, S.A.	Junho 2019	48

Os contratos em causa não preveem qualquer restrição à titularidade dos bens ou à contratação de novos acordos de locação.

6 RENDIMENTOS E GASTOS

O reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços é feito quando é adquirido o direito ao mesmo, independentemente de quando é recebido.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os rendimentos obtidos pela empresa no período estavam repartidos pelas seguintes categorias de réditos

a) Prestação de serviços

Réditos	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de serviços	592.350,68	511.076,80
Total	592.350,68	511.076,80





Réditos	31.12.2019	31.12.2018	
Juros	-	370,31	
Outros rendimentos	17.999,49	18.355,58	
Subsídios		-	
Total	17.999,49	18.725,89	

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os **gastos relacionados com serviços prestados por entidades externas** e que foram necessários para o exercício da atividade, apresentavam-se do seguinte modo:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018	
7.1.0			
Trabalhos especializados	2.369,74	5.200,46	
Publicidade e propaganda	400,00	1.061,62	
Vigilância e segurança	1.016,11	358,91	
Honorários	7.015,80	16.471,96	
Comissões	47.601,82	40.982,36	
Conservação e reparação	6.471,95	11.659,16	
Ferramentas e utensílios	1.089,17	1.380,03	
Livros e documentação técnica	319,84	-	
Material de escritório	3.399,66	3.663,07	
Artigos para oferta	5.079,05	5.327,73	
Outros materiais	440,00	-	
Eletricidade	2.695,37	2.812,29	
Combustíveis	7.767,83	7.073,04	
Deslocações e estadas	64.655,11	65.176,76	
Comunicação	6.818,56	6.719,95	
Seguros	39.237,77	34.766,92	
Contencioso e notariado	145,00	215,00	
Limpeza e higiene	3.011,71	2.387,70	
Outros serviços	_	35,28	
Total	199.534,49	205.292,24	





Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os **outros gastos** verificados foram os seguintes:

Rubricas		31.12.2019	31.12.2018
Impostos diretos		3.291,08	763,32
Impostos indiretos		11.687,12	10.269,33
Taxas		400,00	425,00
Abates			•
Donativos		2.149,83	1.041,53
Quotizações		12,00	12,00
Outros		1.255,99	741,56
7	otal	18.796,02	13.252,74

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os valores registados com **Juros e gastos similares suportados**, foram os seguintes:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018
Juros suportados	15.297,27	11.666,78
Total	15.297,27	11.666,78

7 Instrumentos financeiros

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida e que os retornos sejam de montante fixo, são considerados ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.





Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa detinha um capital social de 50.000 €. Evolução do capital próprio em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018	
Capital	50.000,00	50.000,00	
Prestações Suplementares	25.000,00	25.000,00	
Reservas Legais	10.000,00	10.000,00	
Outras Reservas	136.907,63	92.338,24	
Resultados Transitados			
Resultado Líquido	72.947,92	44.569,39	

b) Dívidas a pagar

	31-12-2019				31-12-2018	
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outras Dividas a Pagar						
Fornecedores de investimentos		290.000,00	290.000,00		290.000,00	290.000,00
Outros Passivos Correntes						
Remunerações a liquidar	30.303,94		30.303,94	26.848,15		26.848,15
Outros credores por acréscimos de gastos	4.252,15		4.252,15	4.246,33		4.246,33
Benefícios pós-emprego	26,76		26,76	25,66		25,66
Acionistas/Sócios	52.083,29		52.083,29	43.226,72		43.226,72
Outros devedores e credores	24.951,94		24.951,94	56.296,37		56.296,37
Total	111.618,08	290.000,00	401.618,08	130.643,23	290.000,00	420.643,23

c) Caixa e depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
Meios financeiros constantes do balanço	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	471,37		471.37	12,81		12,81
Depósitos à Ordem	156.200,01		156.200,01	140.473,51		140.473,51
Outros Depósitos	155.086,91		155.086,91	135.770,60		135.770,60
TOTAL	311.758,29		311.758,29	276.256,92		276.256,92





Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

		31.12.2019	31.12.2018
Diferimentos (Ativo)			
Valores a faturar			
Seguros pagos antecipadamente		5.492,46	5.047,11
Juros a pagar			
Outros gastos a reconhecer			
	Total	5.492,46	5.047,11
Diferimentos (Passivo)			
Rendimentos a reconhecer		1.466,81	1.450,00
Outros rendimentos a reconhecer			
	Total	1.466,81	1.450,00

8 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Seguitex assumiu apenas benefícios de curto prazo (aqueles que não sendo de cessação de emprego nem de compensação em capital próprio, venceram-se na totalidade dentro de doze meses após 31.12.2018. Em 31.12.2019 auxiliavam internamente *13 colaboradores e o seu sócio gerente*.

O saldo da conta de gastos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018	
Remunerações	150.871,06	122.755,73	
Subsídio férias	14.694,71	11.639,42	
Subsídio natal	12.475,00	10.280,14	
Outros	15.675,90	17.536,05	
Subsídio alimentação	23.884,19	19.681,36	
Encargos Patronais	41.648.55	33.119,19	
Totais	259.249,41	215.011,89	





Nos valores acima estão incluídas as seguintes verbas relativas aos Órgãos sociais:

Rubricas	31.12.2019	31.12.2018	
Remunerações	25.620,00	25.170,00	
Subsídio férias	2.135,00	2.097,54	
Subsídio natal	2.135,00	2.097,54	
Outros	-	45,57	
Subsídio alimentação	1.960,20	1.762,53	
Encargos Patronais	7.397,78	7.279,14	
Totais	39.247,98	38.452,32	

9 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2019 foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão em 09 de abril de 2020.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

No entanto, apesar de não terem sido identificados riscos decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19 com efeito nas presentes demonstrações financeiras, a gerência está atenta aos impactos diretos e indiretos decorrentes desta pandemia que atingiu o pais, no primeiro trimestre de 2020, e está empenhada em implementar todas as medidas que sejam necessárias, para garantir as condições de evolução futura da atividade, não se prevendo constrangimentos ao nível da continuidade das operações.

10 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados durante o exercício de 2019 pela sociedade de Revisores G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim − SROC, Lda, ascenderam a 1.845,00 €, incluído o IVA à taxa legal em vigor, igual montante em 2018.

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.





Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Seguitex não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do nº5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

11 OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os que se apresentam de seguida:

Sócio: Francisco Miguel Marques Cardoso

Transações	31.12.2019	31.12.2018	
Vendas	-	/ =	
Prestação de serviços	-	72	
Compras de mercadorias	-	-	
Serviços adquiridos	-	-	
Saldos	31-12-2019	31-12-2018	
Contas a receber	-	-	
Contas a pagar	52.083	43.227	
Empréstimos concedidos		-	
Empréstimos obtidos	35.000	35.000	





Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	_	4
	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	7.768	9.063
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	3.083	2.619
Segurança Social	5.281	4.606
Outros impostos e taxas	-	-
	16.132	16.288

O relacionamento entre o imposto e o lucro contabilístico apresenta-se da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes de impostos	96.557,82	59.922,31
Ajustamentos (a acrescer)	3.151,87	
Ajustamentos (a deduzir)	506,77	144,85
Lucro tributável	99.202,92	59.777,46
Matéria coletável	99.202,92	59.777,46
Imposto à taxa de 17%	2.550,00	2.550,00
Imposto à taxa de 21%	17.682,61	9.403,27
Derrama	1.488,04	896,67
Tributação autónoma	1.889,25	2.502,98
IRC estimado	23.609,90	15.352,92
Deduções	15.841,77	6.290,36
IRC a pagar	7.768,13	9.062,56
Taxa Efetiva	23,80%	25,68%





Em 31.12.2019 e 31.12.2018 as garantias prestadas pela Seguitex a terceiros referentes a garantias bancárias eram como se segue:

		Garantias reais prestadas		
Instituição	Quantia	Natureza	Forma	
2019-Anacs-Ass. Nac. Ag. Corretores		Garantia bancária	AXA	
Seguros	18.760,00	28/05/2019 a 27/05/2020	GAR/0080.10004753	
2018-Anacs-Ass. Nac. Ag. Corretores		Garantia bancária	AXA	
Seguros	18.760,00	28/05/2018 a 27/05/2019	GAR/0080.10004753	

Nota: A fim de suportar encargos mais reduzidos com esta garantia, a Seguitex constituiu um seguro de poupança junto da Companhia de Seguros AXA, no valor de 18.760,00. Seguro Poupança contabilizado na conta Investimentos Financeiros.

d) Prestação do serviço de mediação de seguros

Informação estabelecida ao abrigo dos números 1 e 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar 15/2009-R:

d1) Tipo de remunerações recebidas

	Comissões	Juros	Outras
Total	592.350,68	-	17.999,49

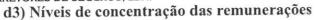
d2) Remunerações recebidas por ramo e origem

	Ramo Vida	Ramo não vida
Comissões	16.082.15	576.268,53



seguitex







	Remunerações			
CE	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%
Total	0,00	16.082,15	576.268,53	100,00
1011			34.032,43	5,75%
1021		363,19		0,06%
1025		965,71		0,16%
1026			10.025,12	1,69%
1028			57.638,21	9,73%
1029		5.822,40		0,98%
1039		404,99		0,07%
1096		181,33		0,03%
1129			38.849,07	6,56%
1132		650,29		0,11%
1133			30.884,32	5,21%
1145			25.765,77	4,35%
1157			156,07	0,03%
1160			7.931,59	1,34%
1167			6.279,35	1,06%
1173			2.601,48	0,44%
1184			26.399,11	4,46%
1186		384,15		0,06%
1188			964,53	0,16%
1194			24.438,12	4,13%
1197		4.663,31	188.484,68	32,61%
1097			50.372,15	8,50%
1098		1.966,59		0,33%
1199		680,19		0,11%
1200			1.110,16	0,19%
1205			34.454,27	5,82%
4608			14.917,45	2,52%
9999			20.964,65	3,54%



e) Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício no montante de 72.947,92€, vai ser transferido para a conta de Reservas Livres, dado que, neste momento, a empresa não apresenta resultados transitados negativos.

Braga, 09 de abril de 2020.

O Contabilista Certificado,

Valdemar SousavFreitas Bordalo (C.Cnº 4

22
Avenida do Fojo, 65 · Este S. Pedro · 4715-570 BRAGA · Tel. 253 603 250 · Fax 253 603 259 · E-mail: geral@seguitex.pt
Nº Inscrição ASF: 607243721 · P. Colectiva: 500 905 606 · Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães sob o nº 1556 · Cap. Soc.: 50.000,00€